

## DOCUMENTOS ANEXOS À ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DE 08/04/2016

### 1) CARTA DE ESCLARECIMENTOS E PEDIDO DE ENCAMINHAMENTOS DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA EFLCH SOBRE A CONCLUSÃO DAS OBRAS NO CAMPUS PIMENTAS

Acreditamos que toda a comunidade acadêmica da EFLCH tenha se surpreendido ao ser informada de que o início do semestre letivo foi novamente adiado por causa do atraso na conclusão das obras do Novo Edifício Acadêmico. No presente momento não há nem mesmo uma data definida para a retomada das atividades acadêmicas, o que certamente faz crescer a preocupação de todos. Por isso julgamos necessário tornar público o histórico que antecedeu a situação em que nos encontramos:

1) em informe da Direção Acadêmica, quando da Congregação de 05 de novembro de 2015, soubemos que que a obra seria entregue em 1º. de dezembro. A Direção garantia que não haveria qualquer atraso porque tudo corria muito bem;

2) em 10 de dezembro de 2015, a Congregação (que contou com a presença de representante da Pró-Reitoria de Administração, prof. Pedro Chadarevian) era convocada em caráter extraordinário para deliberar sobre a mudança e o início das atividades uma vez que houvera um atraso na entrega da obra. Diante desse atraso, a Direção Acadêmica propunha que iniciássemos as atividades de 2016 no novo prédio mediante a entrega provisória deste. Depois de longos debates, a Congregação deliberou que essa ocupação mediante a entrega provisória só seria possível se atendidas uma série de condicionantes e que 20 dias antes do início das aulas um controle do cumprimento dessas condicionantes seria assinado por Direção e Reitoria.

Entre o final de dezembro de 2015 e meados de fevereiro de 2016 a Congregação - a instância decisória do *campus* e, portanto, aquela que mais é cobrada por todos os impasses acadêmicos e administrativos da EFLCH - não foi em momento algum convocada para discutir os graves impasses delineados neste cenário.

3) em 12 de fevereiro de 2016, fomos surpreendidos com comunicado da Direção Acadêmica à comunidade da EFLCH com anúncio da mudança e do início do semestre sem que a Congregação houvesse sido consultada. Se o estabelecimento do semestre letivo não é, em princípio, objeto de aprovação da Congregação (e sim da Câmara e do Conselho de Graduação), a deliberação sobre o uso do espaço o é. Portanto, de acordo com o pactuado em dezembro, a ocupação do espaço com as atividades acadêmicas deveria haver sido autorizada em reunião extraordinária da Congregação;

4) em 29 de fevereiro de 2016, a Congregação é convocada. Participam dessa reunião a Pró-Reitora de Administração, profa. Izabel Cunha, a servidora Tânia Mara Francisco, administradora à frente da ETAGAE e fiscal do contrato da obra do Pimentas. Nesta reunião, fomos informados que a) naquela data, a energia elétrica não havia sido ligada, b) após a ligação da energia era necessário um intervalo para a realização de todo tipo de teste para a liberação do uso das instalações, c) não era possível precisar a data em que a energia seria ligada, d) a Reitoria haveria orientado a Direção a não proceder com a mudança em fevereiro, e e) já não havia muito o que fazer naquele momento porque a mudança estava em estágio avançadíssimo. Foi decidido que, diante do cenário de inconclusão das obras e da iminência do início do semestre, uma Congregação seria convocada se houvesse mais atrasos;

5) em 16 de março de 2016, a Congregação é convocada em caráter extraordinário. A energia ainda não havia sido ligada e os servidores que haviam estado em Pimentas por conta da mudança puderam constatar todo tipo de problema de uma obra não concluída (fiação aparente, buracos no calçamento, inundação da garagem, infiltração causando prejuízo do acervo da biblioteca etc). Era evidente que a obra precisaria de mais de um mês para ser entregue, mas estávamos a menos de dez dias do início das aulas. A pedido de membros da Congregação a reunião de 16 de março contou com a presença dos representantes da Reitoria, Tânia Mara, administradora da ETAGAE e fiscal do contrato, o prof. Pedro Chadarevian, Pró-Reitor adjunto de Administração, e a Chefe de Gabinete da

Reitoria, profa. Maria José Fernandes. Nessa reunião os membros da Congregação assistem a sistemático conflito de versões relativas a todo o processo que envolveu a decisão da mudança e o andamento da obra. Segundo a Direção, a construtora atrasara a entrega da obra, segundo a Reitoria, a obra nunca atrasou porque o prazo legal de que dispõe a construtora para entregar a obra é 29/04/2016. A Direção Acadêmica propunha que aprovássemos um novo calendário acadêmico com data de início das aulas em 04/04 apesar de, no momento da reunião, a energia ainda não estar ligada e desconsiderando todo o extenuante descritivo técnico de todos os procedimentos necessários após a ligação da energia e antes da efetiva ocupação do prédio pela comunidade acadêmica. Como essa proposta foi recusada porque se entendeu que essa data não tinha respaldo objetivo, o que efetivamente se verificou na sequência, sua segunda proposta era de que a data de início das aulas fosse fixada para quinze dias depois da ligação de energia, o que implicaria romper, mais uma vez, qualquer decisão de atendimento das condicionantes estabelecidas na Congregação de dezembro de 2015;

6) como forma de assegurar a integridade física da comunidade acadêmica, a preservação do patrimônio público (sob a guarda transitória dos gestores) e a manutenção das garantias da obra junto à construtora, uma vez que a circulação nas novas instalações antes da entrega provisória pode implicar dano não compreendido por essas garantias, a Congregação aprovou o seguinte encaminhamento: após a realização da entrega provisória da obra, a Congregação seria convocada para deliberar sobre a ocupação das novas instalações e o calendário acadêmico amparada pelo relato dos fiscais do contrato, representantes da reitoria, e com a documentação comprobatória sobre as condições de ocupação do prédio (em outras palavras, diante do cumprimento das famosas condicionantes elencadas em dezembro);

7) Ao final da última semana fomos, mais uma vez, surpreendidos com um informe da Reitoria e Direção Acadêmica, divulgando para a toda a comunidade que finalmente a entrega provisória vai ser realizada em 07/04, e que haveria um indicativo de início das aulas em 18 de abril de 2016.

Portanto, vimos esclarecer que nesta reunião da Congregação, que ocorre em 08/04, só se poderá tomar qualquer decisão caso a entrega provisória da obra tenha de fato se efetivado no dia 07/04 e as condições de segurança tenham sido de fato garantidas. Apenas nesse cenário será possível determinar uma data para o início das atividades.

Pedimos à Congregação que antes de qualquer deliberação a respeito do retorno às aulas solicite um diagnóstico da situação que considere:

- calendário letivo
- férias programadas para julho
- acesso à internet e disponibilidade de equipamentos audiovisuais
- funcionamento das instalações da biblioteca e do Restaurante Universitário
- seguro de equipamentos na mudança/instalação
- instalação dos setores administrativos
- segurança
- limpeza

Solicitamos, outrossim, que após esse diagnóstico, a Congregação se reúna em caráter extraordinário e delibere a respeito de nova data de início das atividades.

A exemplo dos alunos e dos técnicos, os docentes também aguardam por uma maior transparência por parte dos dirigentes de nossa universidade, para que possamos, todos, mesmo que tardiamente, fundamentar nossas decisões em informações e prognósticos realistas e reassumir normalmente nossas atividades acadêmicas e funções dentro da universidade.

## **2) NOTA DO COLEGIADO DE TÉCNICOS DE GUARULHOS SOBRE A MUDANÇA DO CAMPUS**

Guarulhos, 30 de março de 2016.

À comunidade UNIFESP,

O Colegiado de técnicos da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp (COTAG) é a favor da mudança definitiva e ocupação do campus permanente de Guarulhos, localizado no bairro dos Pimentas. Todavia reitera as posições alertadas pela última carta enviada à Reitoria pelo Sindicato, em março de 2016, que questiona as condições de trabalho as quais servidores e servidoras estão e serão submetidos(as) durante o processo de mudança.

Consideramos que houve uma série de falhas no planejamento e descumprimento dos prazos que não foram debatidas com a comunidade acadêmica, tampouco as decisões sobre essas mudanças de plano.

É importante lembrar ainda que os técnicos desse campus se disponibilizaram mais de uma vez para planejar os processos da mudança, e tanto não foram requisitados como continuam à margem desses encaminhamentos. Atuando somente como executores de tarefas operacionais, baseadas em deliberações unilaterais, desconsiderando a autonomia e conhecimentos específicos dos setores.

Colocamos isso, pois vários setores vêm sofrendo pressão para que realizem trabalhos em um prédio que ainda não foi entregue e que estão sem condições mínimas e sem as ferramentas adequadas. Essa pressão muitas vezes ocorre para que os impactos de uma mudança mal planejada sejam minimizados diante de determinados segmentos, propiciando uma comunicação com ruídos, imprecisa e confusa a todos.

Foi realizado um acordo, no final do ano de 2015, entre servidoras(es) técnicas(os) e Direção Acadêmica, de mudança para o campus com a entrega definitiva do prédio principal, mesmo sem a reforma das demais instalações, o que já acarretaria problemas.

Diante do exposto, reiteramos nosso compromisso com a instalação definitiva da EFLCH no campus dos Pimentas. Entretanto, nós, técnicos e técnicas, nos recusamos a assumir tarefas, parte de processos cotidianos, e, muitas vezes não urgentes, que comprometam nossa segurança e salubridade. E com isso, também nos opomos aos esforços de iniciar as atividades acadêmicas sem que obra e mudança sejam, de fato, concluídas.

**COLEGIADO DE TÉCNICOS DE GUARULHOS**

### 3) NOTA DOS ESTUDANTES

Conforme nota divulgada pela Direção Acadêmica do campus Guarulhos da Unifesp, o início das aulas da EFLCH – campus situado no bairro dos Pimentas, periferia de Guarulhos – tem início previsto apenas para o dia 18 de abril.

Tal previsão vem depois de uma série de atrasos para a entrega do campus, que vem sendo adiada desde fevereiro. Sem nenhum parecer claro, sem transparência e sem demonstrar qualquer respeito pelos seus estudantes, a reitoria adia a seu bel prazer o retorno às aulas, prejudicando o calendário acadêmico e a formação dos alunos – desde os veteranos que esperam se formar esse ano quanto os calouros que não tiveram nenhum dia de aula sequer.

É gritante a má administração da reitoria e da direção acadêmica, tanto quanto seu descaso. No ano passado, a greve dos estudantes foi tratorada por uma reitoria que se diz democrática; tratorada também foi a greve dos técnicos administrativos do campus. Os colegas do Núcleo Negro (NNUG), ao apresentarem sua reivindicação por atendimento psicossocial com recorte étnico racial, foram ignorados. Ignoradas foram também as pautas por creche, moradia e transporte. Tudo isso vem lado-a-lado com uma falta de diálogo constante entre discentes e diretores. Ainda hoje, há dúvidas sobre se o transporte público para o Pimentas será eficaz; sobre onde as mães que estudam de noite vão deixar seus filhos; sobre a segurança das mulheres nos entornos da faculdade. Esses problemas são todos antigos, herdados inclusive do campus provisório, e que não podem acompanhar os alunos no Pimentas. É necessário a apresentação de uma solução prática e clara aos estudantes, tanto quanto é necessária uma gestão mais transparente e honesta com a comunidade discente.

Os alunos não podem ser jogados em um limbo, sujeitos a manobras por parte da direção – como alterar o dia e horário de reuniões importantes – para dificultar a presença destes em espaços importantes. A comunidade discente precisa urgentemente de respostas e de uma gestão que dialogue com suas reais necessidades – e não uma gestão que seja perita em se esquivar de problemas e que se mostra cada vez mais fechada ao diálogo e cada vez menos inclinada a buscar uma solução aos problemas dos alunos. Mais ainda, a forma como a própria Congregação está formulada é, por si, antidemocrática. A não-paridade – o sistema 70-15-15 – faz da comunidade discente e dos trabalhadores do campus reféns de situações como essas, e por isso esse modelo deve ser questionado.

Ainda, por falar na questão do campus, é importante nos lembrarmos de um personagem importante quando das discussões sobre a retirada do campus do bairro dos Pimentas: a população local, que reivindicou, junto com alunos, técnicos e alguns docentes a permanência do campus na periferia. Por isso, também, fica evidente que essa instituição – a Unifesp – não pode existir como um elefante branco no meio da periferia. Defendemos, portanto, um estreitamento nas relações do campus com a comunidade de seus entornos.

Vale pontuar que todas as conquistas que tivemos – desde a Ponte ORCA até a reforma do campus – foram resultados de um processo intenso e exaustivo de luta e articulações do Movimento Estudantil, o que só deixa evidente duas coisas: a força que os estudantes organizados tem; e a importância, cada vez maior, de se construir esses espaços, massificando as discussões e debates de cunho político e social dentro da universidade.

É claro, não podemos ainda ignorar o fato de que muitos dos problemas atuais, no que se refere à educação, perpassam o próprio campus, a reitoria, o MEC e tem sua origem no governo federal. Que a educação passa por um processo de sucateamento cada vez maior, isso é cada vez mais claro – e fica evidente com os cortes de verba para educação que vimos no ano passado. Sabemos que a política do governo é, cada vez mais, retirar direitos da classe trabalhadora para socorrer um sistema político insustentável.

Ano passado, Soraya Smaili, atual reitora, durante uma audiência pública, disse “não haver luta de classes dentro da Universidade”. O que vemos e vivemos neste começo de ano é prova cabal de que sim, há uma luta em curso – e essa luta não se restringe só à Universidade Federal de São Paulo.

Por isso tudo, defendemos a criação de um ambiente universitário cada vez mais plural e democrático, inclusivo e sensível a todas as questões apresentadas por seus estudantes e trabalhadores; Por isso defendemos a criação de uma universidade que dialogue com a comunidade

discente e com a classe trabalhadora, que seja politicamente e socialmente engajada; Por uma universidade de qualidade, que prime pelo acesso e permanência dos estudantes!  
Por uma universidade que exista para além de seus próprios muros!  
Por uma Universidade que seja, efetivamente, popular!

Assinam os estudantes presentes na reunião da Congregação, dia 08 de abril de 2016

#### **4) MANIFESTO PELA LEGALIDADE E PELA DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL**

Nós, docentes da Universidade Federal de São Paulo abaixo assinados, vimos a público manifestar apoio irrestrito em favor das garantias e normas democráticas que vem sendo diariamente atingidas por ações que desestabilizam instituições imprescindíveis à manutenção do Estado Democrático de Direito, conquistado neste país nas últimas décadas. Atos arbitrários de agentes públicos, que deveriam efetuar a guarda das instituições democráticas, têm evidenciado caráter tendencioso, aprofundando a crise política. Ao mesmo tempo, setores da mídia parecem contribuir para o acirramento dos conflitos, correndo o risco de fomentar o ódio e a violência. Assim, nos manifestamos pela legalidade e pela defesa da democracia.